

13 MAI 1990

A laranja e o imobilismo

SÉRGIO MINDLIN

Estive em Bebedouro, terra de muita laranja. Num pomar altamente produtivo, muito bem tratado, rentável, o proprietário mostrou pés novos de laranjas plantados intercaladamente com as laranjeiras em produção. Para que, se a produção é tão boa? Não vai haver excesso de árvore por metro quadrado?

Resposta: para preparar a substituição das árvores (cuja produtividade deverá decair), enquanto ainda produzem bem. Desse modo, a produtividade do pomar não decai. Quando as árvores mais velhas forem arrancadas, as mais novas estarão em plena produção.

Assim também se deveria pensar em matéria de estratégia empresarial e de estratégia econômica nacional. Enquanto uma linha de ação, um conjunto de políticas, está dando certo, produzindo efeitos na direção desejada, é preciso pensar que isso não será



eterno. Haverá um momento em que as condições terão mudado, algum recurso terá se esgotado, um limite terá sido atingido e será necessário alterar a linha de conduta. Mas, se aguardarmos esse momento para só então pensar na nova linha e prepará-la, será provavelmente tarde. Haverá perda de eficiência, o sofrimento do desgaste da estratégia ultrapassada enquanto se realinham as baterias — assim como o pomar produziria menos se os novos pés fossem plantados só quando os velhos começasse a dar sinais de cansaço.

É comum dizer que em time que está ganhando não se mexe. Mas em time que está perdendo é muito mais difícil mexer. É preciso se antecipar e preparar a mudança — não necessariamente no time, mas certamente na sua tática de jogo.

No tempo do Plano Cruzado, foi esse o grande erro. No início, o sucesso foi tão grande que o presidente Sarney se imobilizou, congelou o congelamento por tempo excessivo, não ouviu as advertências e, quando procurou reagir, já era passada a hora. Foi, talvez, a grande oportunidade da década, desperdiçada pelo brilho

ofuscante do sucesso no curto prazo.

Hoje, a política econômica volta-se basicamente para a luta contra a inflação, por meio do controle monetário, do aperto de crédito, de juros altos e de recessão. De certa forma, considerando-se o objetivo de controle inflacionário, ela está dando resultados parciais. Mas já se pode antever que não é possível manter por longo prazo essa política. Um recurso importante está se escasseando, chegando a seu limite: a população não consegue sobreviver em meio ao desemprego, à queda de poder aquisitivo. O País começa a andar para trás, os indicadores sociais mostram uma queda vertiginosa, quase queda livre.

Creio, porém, que é possível evitar a queda livre se rompermos o imobilismo do sucesso aparente. Com uma ampla negociação entre as partes envolvidas — trabalhadores (empregados, desempregados, aposentados), empresários (pequenos, médios, grandes), intelectuais, partidos políticos, Congresso e Executivo —, podemos encontrar caminhos que balizem a retomada do crescimento sem a explosão inflacionária.

Não é um acordo fácil, mas é factível. Deve ter como objetivo uma gradual (ainda que lenta, deve ser firme) ampliação da participação do salário na renda nacional, que é a única forma de recuperarmos a dignidade de cada um de nós e de criarmos um mercado forte e estável.

Esse acordo passa por uma reforma tributária e fiscal, que deve objetivar a racionalização e redução dos gastos públicos, por um lado, com a ampliação de base tributária, redução da carga fiscal individual e com normas que efetivamente impeçam ou desestimulem a sonegação, por outro lado. Não precisa, creio, passar pelo congelamento, nem de preços e muito menos de salários, mas deve contemplar negociações que fixem objetivos e limites, à semelhança do que tem ocorrido nas câmaras setoriais, em escala ampla e generalizada.

Para que isso ocorra, basta nos convencermos todos — governo e sociedade civil — da necessidade de preparar a saída para a estratégia atual enquanto é tempo.

■ Sérgio Mindlin é 1º coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).